Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

E o DF, hein?

Mais uma vez, o Senado jogou para escanteio a tentativa do governo federal de mexer no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Porém, tem muita gente dizendo que o tema era um chamariz, a fim de garantir os votos dos senadores do Distrito federal a favor do texto-base. Embora tanto Damares Alves (Republicanos) quanto Izalci Lucas (PL) sejam da oposição, quando qualquer recurso relacionado ao DF está ameaçado eles não hesitam em negociar e garantir a correção do Fundo Constitucional.

Discurso que sustentou o ajuste

A diferença por mais de 4 milhões de votos pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi colocada como principal sustentáculo do projeto apresentado pelo governo, que não mexeu nos programas sociais, e sim em benefícios fiscais e outros segmentos mais abastados. Só tem um probleminha: atinge também empresas, que geram empregos e garantem o PIB.

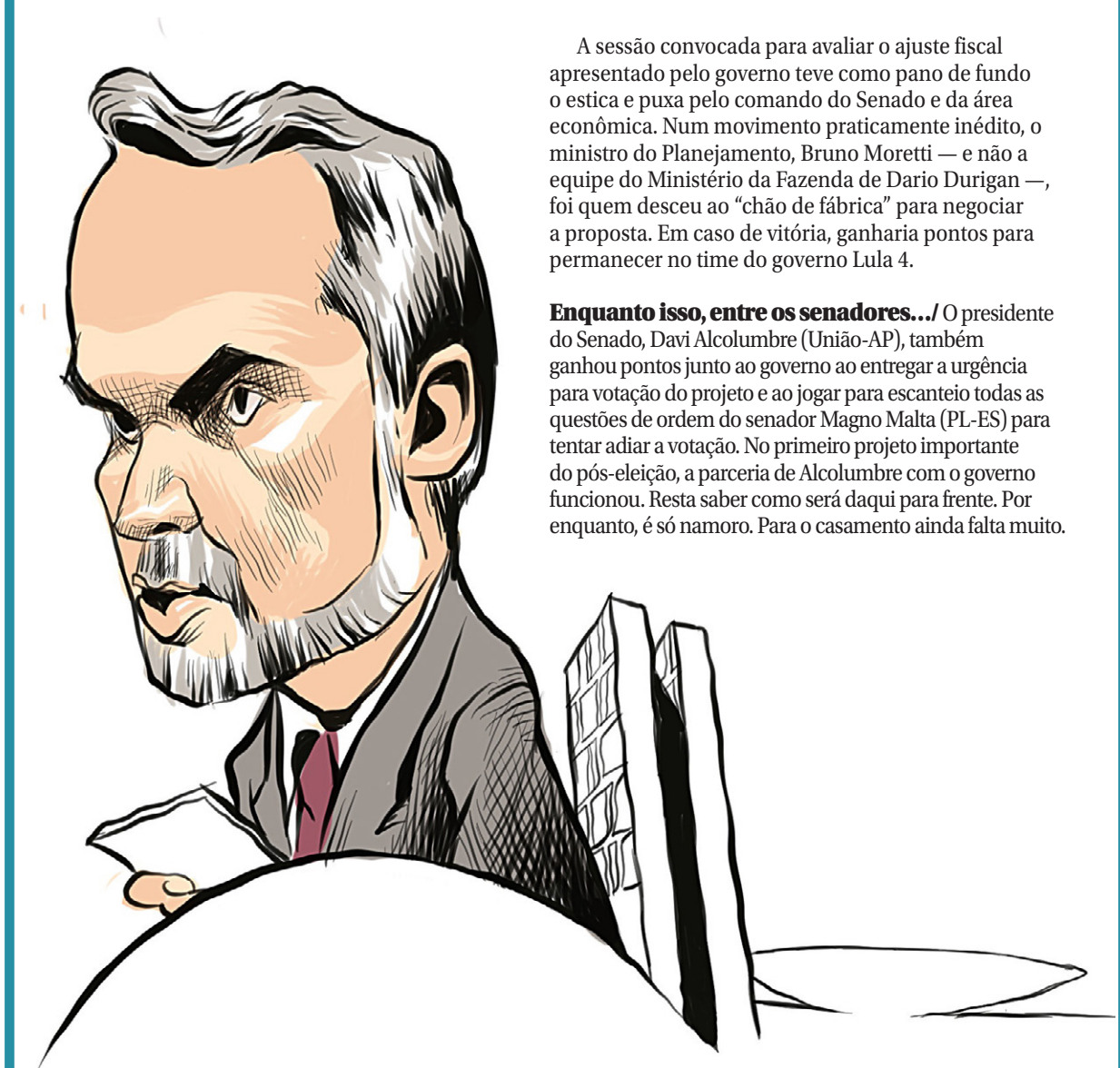
Vem judicialização...

Muitos setores que esperavam receber suas compensações tributárias, em 2027, planejam recorrer à Justiça para garantir esses recursos. A avaliação é de que, no caso da compensação tributária, haverá, sim, um calote por parte do Poder Executivo, que será cobrado nos tribunais.

... e com apoio deles

Os advogados ficaram irados com o PLP 299, o do ajuste fiscal. É que eles fizeram as contas e descobriram que o aumento da carga tributária dos escritórios e sociedades pode dobrar em alguns casos, por causa do aumento da tributação sobre lucro presumido.

Disputa de poder na Esplanada e no Senado



A sessão convocada para avaliar o ajuste fiscal apresentado pelo governo teve como pano de fundo o estica e puxa pelo comando do Senado e da área econômica. Num movimento praticamente inédito, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti — e não a equipe do Ministério da Fazenda de Dario Durigan —, foi quem desceu ao "chão de fábrica" para negociar a proposta. Em caso de vitória, ganharia pontos para permanecer no time do governo Lula 4.

Enquanto isso, entre os senadores.../ O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também ganhou pontos junto ao governo ao entregar a urgência para votação do projeto e ao jogar para escanteio todas as questões de ordem do senador Magno Malta (PL-ES) para tentar adiar a votação. No primeiro projeto importante do pós-eleição, a parceria de Alcolumbre com o governo funcionou. Resta saber como será daqui para frente. Por enquanto, é só namoro. Para o casamento ainda falta muito.

CURTIDAS

A volta de Josué/ Depois da recusa do empresário Josué Alencar, ex-presidente da Fiesp, em se lançar candidato ao governo de Minas Gerais com o apoio do PT, a meta de Lula agora é levar o filho do ex-vice-presidente José Alencar, já falecido, para compor o primeiro escalão do quarto governo. Falta decidir o posto. Até aqui, o mais provável é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Seria a forma de tentar retomar os laços com o empresariado paulista, que parte do governo acredita ter votado em peso em Flávio Bolsonaro.

Júlio César Silva/Mdic



O novo Posto Ipiranga/ Geraldo Alckmin **(foto)** é, hoje, o maior curinga do governo. Esteve cotado para a Fazenda, para o Itamaraty e até para a Defesa. E não deve voltar ao Ministério da Indústria e Comércio.

Por falar em Defesa.../ Porém, a tendência é Lula nomear para o lugar do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, a secretária-geral da pasta, Cinara Wagner Fredo. Será a primeira mulher a coordenar politica e administrativamente as três Forças Armadas.

Olha o decoro!/ A discussão do projeto de ajuste fiscal foi em sessão híbrida. E teve senador na telinha vestido com camiseta. Nos tempos da pandemia, podia se considerar normal. Agora, porém, houve muita gente constrangida no plenário do Senado com os colegas trajados como se estivessem na praia.

ELEIÇÕES 2026

Zanin sepulta 2º turno no RJ

Ministro rejeita recurso do PSD, partido do candidato derrotado Eduardo Paes, que reivindica nova eleição contra Douglas Ruas

» RENATO SOUZA

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou um pedido para autorizar a realização de um segundo turno das eleições do Rio de Janeiro. Alegando questões processuais, e sem analisar o mérito da solicitação, o magistrado negou o pedido do PSD, partido do candidato Eduardo Paes, de suspender a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que confirmou o deputado estadual Douglas Ruas (PL) governador eleito.

Na decisão, Zanin afirmou que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), tipo do processo protocolado pelo PSD, não pode ser utilizada para questionar a decisão do TSE. "A arguição de descumprimento de preceito fundamental, contudo, não constitui sucedâneo de recurso nem instrumento destinado à revisão de pronunciamentos jurisdicionais concretos", observou.

Na ação movida na Corte, o PSD alegou que a realização de segundo turno deve depender exclusivamente dos votos dos eleitores, e não de "eventos processuais". "A interpretação impugnada, contudo, mantém aberta outra via para o mesmo resultado: quem sabe que terá o registro negado pode manter-se na urna, captar votos e aguardar que a anulação definitiva retire esses votos da base", argumentou o partido.

Ruas foi declarado vencedor da disputa ao Palácio Guanabara por conta da anulação de 274 mil votos recebidos pelo candidato Antony Garotinho (Republicanos), que teve o pedido de candidatura indeferido pelo TSE e cujos votos acabaram sendo anulados. Caso tivessem sido considerados válidos, nem o agora governador eleito e nem Paes teria conquistado a parcela de 50% dos votos válidos para ser eleito no primeiro turno — haveria, dessa forma, o segundo turno entre eles.

A nova contagem de votos permitiu a eleição de Ruas no primeiro turno, por ter passado de 49,27% para 50,88% dos votos válidos.

A defesa de Paes, feita pelos advogados Felipe Santa Cruz e Gustavo Schmidt, alegou que o prazo final para a realização de um segundo turno no Rio seria 6 de dezembro, para dar tempo do eleito assumir até o dia 6 de janeiro, data oficial da posse dos novos governadores. Além disso, os defensores sustentaram que a Constituição não autoriza que a anulação de votos no primeiro turno mude a base de cálculo para decidir sobre eventual segundo turno.

Paes ainda tentou levantar uma campanha semelhante a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas redes sociais, no segundo turno. Assim como foi lançado o Exército do Lula, cuja coordenação foi feita pelo deputado federal reeleito André Janones (Rede-MG), o ex-prefeito da capital fluminense tentou emplacar o Exército do Dudu. Mas não empolgou.

O projeto, além de não ter marqueteiro, não contou com o apoio do Palácio do Planalto — Lula e Paes se respaldaram mutuamente no primeiro turno, embora o pessedista tivesse afirmado que faria campanha também para seu correligionário, o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado, que disputou a Presidência da República. Ruas, que é presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj), foi apoiado por Flávio Bolsonaro.

Pablo Porciúncula/AFP

Paes tentou emplacar o Exército do Dudu para forçar o segundo turno. Mas o projeto não vingou

» PGR contra rever pena de Bolsonaro

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, manifestou-se contrariamente ao pedido de revisão criminal protocolado pela defesa de Jair Bolsonaro, no Supremo Tribunal Federal. Na petição, os advogados do ex-presidente pretendem derrubar a decisão da Primeira Turma, que o condenou a 27 anos e três meses de prisão no processo da tentativa de golpe de Estado. Gonet disse que as provas utilizadas pelo STF demonstraram a estabilidade de uma organização voltada a um fim bem definido.

FIM DA ESCALA 6 X 1

Na transição, empresa pode distribuir jornada

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que empregadores distribuam a jornada intermediária de 42 horas semanais em cinco dias de trabalho, durante o período de transição para o fim da escala 6 x 1. Com a decisão liminar, publicada ontem, será possível estabelecer expedientes diários de até 8h24, sem pagamento de adicional de hora extra pelos 24 minutos que ultrapassam o limite habitual de oito horas. A mudança mantém a previsão de início da escala 5 x 2 em 16 de dezembro.

A decisão estabelece parâmetros para a fase intermediária da emenda constitucional que reduziu a jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, e garantiu dois dias de repouso remunerado aos trabalhadores. O cronograma prevê que, a partir de 16 de dezembro próximo, o limite passe a ser de 42 horas por semana. A redução definitiva para 40 horas está prevista para o fim de 2027.

O entendimento de Dino busca solucionar um impasse apresentado por entidades representativas do setor empresarial, que questionaram as condições para implementação da mudança. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) alegaram que o prazo para negociação coletiva era insuficiente. Argumentaram, também, que a ausência de acordos poderia inviabilizar a aplicação da nova jornada ou gerar custos adicionais com o pagamento de horas extras.

Ao analisar a questão, Dino estabeleceu que a transição será preservada, mesmo se empregadores e sindicatos não chegarem a um entendimento até 15 de dezembro. A decisão também flexibiliza a organização dos dias de descanso. O ministro afastou limites rígidos para a compensação dos repousos remunerados, permitindo que convenções e acordos coletivos estabeleçam a distribuição das folgas conforme as particularidades de cada atividade.

A medida contempla setores com demandas sazonais ou funcionamento diferenciado, como comércio, turismo, agronegócio e operações marítimas. O direito aos dois dias de descanso, entretanto, deverá ser integralmente respeitado. Caso não haja consenso nas negociações nos primeiros 90 dias, os ministérios do Trabalho e da Indústria e do Empreendedorismo poderão editar uma portaria conjunta temporária para disciplinar a compensação.

A liminar tem aplicação imediata, mas será submetida à análise dos demais ministros do STF. O julgamento no plenário virtual está previsto para começar às 11h de hoje.